

**HABEAS CORPUS Nº 494.140 - SC (2019/0047023-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**JULIANA BRAIDOTI RODRIGUES - SP350134**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : MARCIO DA SILVA BORGES (PRESO)**

**DECISÃO**

O paciente acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 4001530-64.2019.8.24.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva.**

Cautelarmente segregado desde 10/12/2018 pela suposta prática do delito de furto qualificado tentado, requer **a revogação da medida cautelar máxima**, porquanto [o] acórdão é ilegal, pois manteve a prisão preventiva do paciente, embora ausente o *periculum libertatis* e seja manifesta a sua desproporcionalidade por ausência de homogeneidade" (fl. 5).

**Indefiro o pedido liminar.**

Na hipótese, ao converter a custódia em preventiva, o Juízo singular destacou que "o custodiado apresenta risco à ordem pública, que deve ser assegurada, uma vez que **conforme a certidão de antecedentes juntada (fls. 23\24), possui diversas ocorrências especificamente em sede de delitos patrimoniais, como furto e receptação**, situação que, apesar de não ter sido o *modus operandi* dotado de maior gravidade, **indica uma inclinação à prática delitiva e o risco de reiteração, que deve ser coibido**" (fl. 43, grifei).

Sobre a questão, é forçoso ressaltar que, "[n]os termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, embora não possam exasperar a pena-base (Súmula 444/STJ), **constituem indicativos de risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública**" (HC n. 396.145/PB, Rel. Ministro Reynaldo Soares da

**Fonseca**, 5ª T., DJe 20/6/2017, destaquei).

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – a quem se encarece relato sobre o andamento do feito e sobre a persistência dos motivos da cautela adotada – e à autoridade inquinada coatora sobre os fatos alegados na inicial.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

